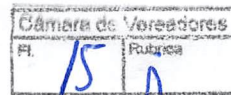




**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**  
SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 59/2020**

Data: 28/09/2020 - Página 1 de 1

**Matéria/ Ementa:**

Projeto de Lei nº 59/2020 que *“Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Serafina Corrêa para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024”*.

**Relatório:**

O presente Projeto de Lei, de iniciativa da Câmara Municipal de Vereadores, visa a fixação do subsídio mensal dos Vereadores para a Legislatura 2021/2024.

**Fundamentação:**

Por tratar-se de matéria de interesse local, cabe ao município editar Lei, em atendimento ao princípio da Legalidade, para definir o subsídio dos agentes políticos municipais.

Portanto, o subsídio de que trata a presente proposição, deve ser fixado pelas Câmaras Municipais e observar o princípio da anterioridade de legislação e das respectivas eleições, ou seja, deve ser fixado em cada legislatura para a subsequente e antes das eleições, conforme disposto no artigo 29, inciso VI da Constituição Federal<sup>1</sup> e artigo 35, inciso XX da Lei Orgânica Municipal<sup>2</sup>.


Também, quanto ao valor a ser fixado, deve ser observado o limite previsto no artigo 29, inciso VI, alínea “b”, da Constituição Federal<sup>3</sup>.

Cabe ressaltar, por oportuno, que não houve aumento no valor fixado, em atendimento ao disposto no art.21 da Lei e Responsabilidade Fiscal.

Também, em atendimento ao artigo 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal, verifica-se que o Projeto de Lei se encontra acompanhado de impacto orçamentário.

**Opinião:**


Assim, diante do exposto, é pela viabilidade técnica e jurídica do Projeto de Lei nº 59/2020, proposto pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores.

  
**Ver. Olderes Maria Piazza Santin**  
Relatora

Voto do Presidente: **Aprova o Parecer**

  
**Ver. Rogério Carlos Fedrigo**  
Presidente

Voto da Revisora: **Aprova o Parecer**

  
**Ver. Marcos Antônio Marssaro**  
Revisor

<sup>1</sup> Art. 29. O município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

(...)

VI- o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:

<sup>2</sup> Art. 35. É de competência exclusiva da Câmara Municipal:

(...)

XX – fixar o subsídio de seus membros, do Prefeito, do Vice-Prefeito e de seus Secretários Municipais em cada legislatura para a subsequente e em data anterior às eleições;

<sup>3</sup> Art. 29, inciso VI:

(...)

b) em Municípios de 10.001 (dez mil e um) a 50.000 (cinquenta mil) habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais.